



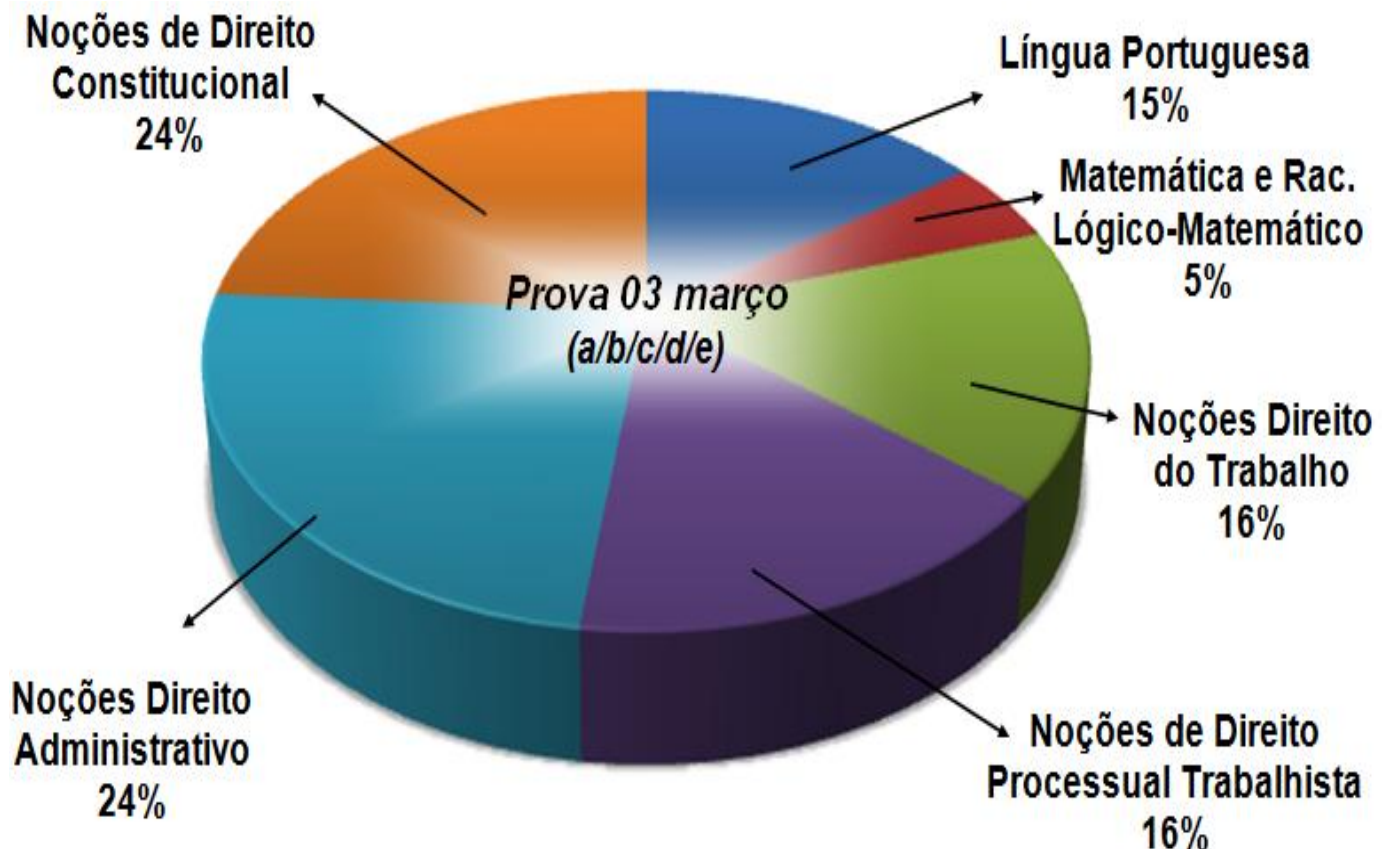
SIMULADO TRT PARANÁ 2013

+ GABARITO COMENTADO

Técnico Judiciário – Área Administrativa



ESTRUTURA DA PROVA OFICIAL E DESTE SIMULADO



Curso Solon Concursos

www.CursoSolon.com.br

Aulas & Apostilas



CONHECIMENTOS GERAIS – 20 QUESTÕES (peso 1)

LINGUA PORTUGUESA:

Professora Naufal

Leia uma reportagem de Antônio Gois publicada em 03.02.2012 pelo jornal *Folha de S.Paulo*.

Laptop de aluno de escola pública tem problemas

Estudo feito pela UFRJ para o governo federal mostra que o programa UCA (Um Computador por Aluno), implementado em 2010 em seis municípios, esbarrou em problemas de coordenação, capacitação de professores e adequação de infraestrutura.

O programa piloto do MEC forneceu 150 mil laptops de baixo custo a professores e alunos de cerca de 300 escolas públicas. Às cidades foram prometidas infraestrutura para acesso à internet e capacitação de gestores e professores.

Uma das conclusões do estudo foi que a infraestrutura de rede foi inadequada. Em cinco cidades, os avaliadores identificaram que os sinais de internet eram fracos e instáveis tanto nas escolas quanto nas casas e locais públicos.

A pesquisa mostra que os professores se mostravam entusiasmados no início, mas, um ano depois, 70% relataram não ter contado com apoio para resolver problemas técnicos e 42% disseram usar raramente ou nunca os laptops em tarefas pedagógicas.

Em algumas cidades, os equipamentos que davam defeito ficaram guardados por falta de técnicos que soubessem consertá-los.

Além disso, um quinto dos docentes ainda não havia recebido capacitação, e as escolas não tinham incorporado o programa em seus projetos pedagógicos.

Um dos pontos positivos foi que os alunos passaram a ter mais domínio de informática. O programa foi mais eficiente quando as escolas que permitiram levar o laptop para casa.

Foram avaliadas Barra dos Coqueiros (SE), Santa Cecília do Pavão (PR), São João da Ponta (PA), Tereos (MS) e Tiradentes (MG). Os autores do estudo não deram entrevista.

01. Os autores do estudo não deram entrevista.

Considerando que é praxe no jornalismo entrevistar o autor ou os autores de livros ou artigos comentados, o jornalista, ao fechar a notícia com a frase mencionada, busca deixar claro que

- (A) os autores foram muito antipáticos ao não conceder entrevista.
- (B) a análise feita não tem credibilidade, já que os autores não falam a respeito.
- (C) a notícia apresentada resulta exclusivamente da leitura do estudo pelo jornalista.
- (D) não havia necessidade de os autores se manifestarem a respeito de seu trabalho.
- (E) os autores da pesquisa não foram realmente convidados a dar entrevista.

02. Uma leitura atenta do texto apresentado revela que a principal falha do programa UCA foi

- (A) dos alunos, que não se mostraram aplicados em aprender.

- (B) dos professores, que perderam logo o interesse.
- (C) das escolas, que não exigiram mais de professores e alunos.
- (D) dos prefeitos das cidades, que não providenciaram melhores condições para as escolas.
- (E) do próprio programa, que não previu infraestrutura técnica adequada e treinamento de gestores e professores.

03. Uma das conclusões do estudo foi que a infraestrutura de rede foi inadequada.

Examine as quatro possibilidades de reescrever a frase destacada para evitar a repetição desnecessária da forma verbal foi.

- I. Uma das conclusões do estudo aponta que a infraestrutura de rede foi inadequada.
- II. Uma das conclusões do estudo foi a inadequação da estrutura de rede.
- III. A estrutura de rede foi inadequada, conforme uma das conclusões do estudo.
- IV. Uma das conclusões do estudo foi que a infraestrutura de rede foi considerada inadequada.

As frases que evitam a repetição da forma verbal foi estão contidas apenas em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

04. O programa foi mais eficiente quando as escolas que permitiram levar o laptop para casa.

Assinale a alternativa que indica a falha de revisão verificada na passagem destacada.

- (A) O jornalista deveria ter usado o termo mais adequado: *notebook*.
- (B) Seria muito mais claro empregar *computador* em vez de *laptop*.
- (C) A palavra *que* deveria ter sido eliminada, porque não tem função na frase.
- (D) Deveria haver ponto após *escolas*.
- (E) Deveria ter sido colocada uma vírgula depois da palavra *permitiram*.

05. [...] o programa UCA (Um Computador por Aluno), implementado em 2010 em seis municípios, esbarrou em problemas de coordenação, capacitação de professores e adequação de infraestrutura.

Observe as seguintes tentativas de substituir esbarrou em nesta passagem.

- I. foi de encontro a.
- II. defrontou-se com.
- III. resolveu.
- IV. eliminou.

As substituições que não alteram substancialmente o sentido da frase estão contidas em:



- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

06. Observe a pontuação do trecho a seguir:

Faz alguma diferença lavar a cabeça duas vezes como indicam as embalagens de xampu?

Não fique de cabelo em pé, mas você já deve ter gasto litros de produto à toa. Na prática, o que importa é o tempo de permanência do xampu nos fios, e não a quantidade de aplicações. A ação dos princípios ativos deve durar 3 minutos¹ – o que também não depende da espuma, que apenas dá a sensação de limpeza. Quando começou essa orientação² (na década de 50), até havia uma razão para repetir, já que não se lavava a cabeça com frequência. Só que os novos xampus são mais eficientes e ninguém passa mais de uma semana sem usá-los³ (quer dizer, espero que você não passe). (...)

(Galileu, jul. 2011, p. 21.)

Sobre a pontuação do trecho acima, considere as seguintes afirmativas:

1. Se substituíssemos o travessão (ref.1) por parênteses – fechados depois da palavra “limpeza” – não haveria prejuízo de sentido nem de adequação à norma.
2. Os parênteses da referência 2 inserem uma explicação ou especificação do que foi dito.
3. Os parênteses da referência 3 são usados com intenção de fazer uma síntese do que foi dito anteriormente.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- (B) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- (C) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- (D) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- (E) As afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

TEXTO E FIGURA PARA A PRÓXIMA QUESTÃO:



(Dik Browne, O melhor de Hagar, o Horrível 5. Porto Alegre: L&PM, 2007)

07. No primeiro quadrinho, os pontos de exclamação empregados na fala de Helga contribuem para mostrar que a personagem

- (A) espanta-se, pois vê as condições lamentáveis em que seu marido chega em casa.
- (B) entristece-se, pois esperava ansiosamente que Hagar lhe trouxesse o que ela havia pedido.
- (C) lamenta-se, pois sabe que seu marido não se empenha para dar sustento à família.
- (D) irrita-se, pois a chegada de Hagar interrompe o chá e a conversa com sua filha.
- (E) alegra-se com o retorno do marido, pois ele é o responsável por prover a casa.

TEXTO PARA AS PRÓXIMAS 2 QUESTÕES:

Nasce um escritor

O primeiro dever passado pelo novo professor de português foi uma⁷ descrição tendo o mar como tema. A classe inspirou, toda ela, nos encapelados mares de Camões, aqueles nunca dantes navegados. O⁵ episódio do Adamastor foi reescrito pela² meninada. Prisioneiro no internato, eu vivia na saudade das⁴ praias do Pontal onde conhecera a liberdade e o sonho. O mar de Ilhéus foi o tema de minha descrição.

Padre Cabral levava os deveres para corrigir em sua cela. Na aula seguinte, entre risonho e solene, anunciou a existência de uma vocação autêntica de escritor naquela sala de aula. Pediu que escutassem com atenção o dever que¹ ia ler. Tinha certeza, afirmou, que o autor daquela página seria no futuro um escritor conhecido. Não regateou elogios. ³Eu acabara de completar onze anos.

Passei a ser uma personalidade, segundo os cânones do colégio, ao lado dos futebolistas, dos campeões de matemática e de religião, dos que⁶ obtinham medalhas. Fui admitido numa espécie de Círculo Literário onde⁹ brilhavam⁸ alunos mais velhos. Nem assim deixei de me sentir prisioneiro, sensação permanente durante os dois anos em que estudei no colégio dos jesuítas. ¹¹Houve, porém, ¹⁰sensível mudança na limitada vida do aluno interno: o padre Cabral tomou-me sob sua proteção e colocou em minhas mãos livros de sua estante. Primeiro "As Viagens de Gulliver", depois clássicos portugueses, traduções de ficcionistas ingleses e franceses. Data dessa época minha paixão por Charles Dickens. Demoraria ainda a conhecer Mark Twain: o norte-americano não figurava entre os prediletos do padre Cabral.

Recordo com carinho a figura do jesuíta português erudito e amável. Menos por me haver anunciado escritor, sobretudo por me haver dado o amor aos livros, por me haver revelado o mundo da criação literária. Ajudou-me a suportar aqueles dois anos de internato, a fazer mais leve a minha prisão, minha primeira prisão.

AMADO, Jorge. *O menino Grapiúna*. Rio de Janeiro. Record. 1987. p. 117-20.

08. A forma verbal “obtinham” (ref. 6) pertence ao verbo obter, cujo paradigma é o verbo TER. Um verbo semelhante está corretamente flexionado em

- (A) o padre entreteu o menino com boas leituras.
- (B) as crianças do internato não conteram as saudades de casa.
- (C) os alunos retiveram os conhecimentos adquiridos no colégio.
- (D) na produção do primeiro texto, os alunos se ateram ao poema “Os Lusíadas”, de Camões.
- (E) o menino não deteu sua inclinação para a literatura.

09. Considere as afirmações abaixo e, em seguida, marque a opção correta.

- I. A locução verbal “... ia ler” (ref. 1) anuncia uma ação que está longe de acontecer.
- II. O sufixo que entra na formação da palavra “meninada” (ref. 2) acrescenta ao radical *menin* um valor aumentativo.



- III. No trecho “Eu acabara de completar onze anos.” (ref. 3), a forma verbal está flexionada no pretérito mais-que-perfeito do indicativo.
- IV. Estão corretamente separadas em sílabas as palavras “prai-as” (ref. 4) e “e-pi-só-dio” (ref. 5).
- (A) Estão corretas somente a I e a II.
(B) Todas estão erradas.
(C) Somente a III e a IV estão corretas.
(D) Apenas a III está errada.
(E) Todas estão corretas.

10. O síndico de um condomínio pretende redigir uma circular para os condôminos, orientando-os sobre ecoprácticas.

Para que essa circular atenda à norma padrão da língua portuguesa, ajude-o a escolher os termos adequados, assinalando a alternativa correta.

**Circular nº 10/09
Condomínio São Paulo**

Caro condômino

_____ consciente e não gaste água limpa para lavar o que será reciclado.

Prefira jornal _____ saco plástico para recolher o cocô de seu cachorro.

Entregue os recipientes com óleo de cozinha já utilizado ao zelador, _____ ele os repassará ao posto de coleta para transformação do produto em biodiesel.

Durante o dia, aproveite ao máximo a luz natural de poupar energia.

Contamos com sua colaboração!

O Síndico

- (A) Seja ... a ... porque ... a fim
(B) Seja ... à ... porque ... afim
(C) Seja ... a ... por que ... a fim
(D) Seje ... à ... porque ... afim
(E) Seje ... à ... por que ... a fim

TEXTO PARA A PRÓXIMA QUESTÃO:

Da utilidade dos animais

Terceiro dia de aula. Na sala, estampas coloridas mostram animais de todos os feitios. É preciso querer bem a eles, diz a professora, com um sorriso que envolve toda a fauna, protegendo-a. Eles têm direito à vida como nós e além disso são muito úteis. Todos ajudam.

- Aquele cabeludo ali, professora, também ajuda?
– Aquele ali é o texugo, se você quiser pintar a parede de seu quarto, escolha pincel de texugo. Parece que é ótimo.

E também fornece pelo para os pincéis de barba.

Arturzinho objetou que, no futuro, pretende usar barbeador elétrico. Além do mais, não gostaria de pelar o texugo, uma vez que devemos gostar dele, mas a professora já explicava a utilidade da tartaruga-marinha.

– A tartaruga, meu Deus, é de uma utilidade que vocês não calculam. Comem-se os ovos e toma-se a sopa: uma

de-lí-cia! O casco serve para fabricar pentes, cigarreiras, tanta coisa... O biguá é engraçado.

- Engraçado, como?
– É uma ave que apanha peixe pra gente.
– Apanha e entrega, professora?
– Não é bem assim. Você bota um anel no pescoço dele, e o biguá pega o peixe, mas não pode engolir. Então você tira o peixe da goela do biguá.
– Bobo que ele é.
– Não. É útil. Ai de nós se não fossem os animais que nos ajudam de todas as maneiras. Por isso que eu digo: devemos amar os animais e não maltratá-los de jeito nenhum. Entendeu, Ricardo?
– Entendi. A gente deve amar, respeitar, pelar e comer os animais, e aproveitar bem o pelo, o couro e os ossos.

(Carlos Drummond de Andrade. *Para Gostar de Ler*. Vol.4. São Paulo: Editora Ática, 1981. Adaptado)

11. Interpretando o trecho – ... se você quiser pintar a parede de seu quarto, escolha pincel de texugo. Parece que é ótimo. – os verbos destacados evidenciam, respectivamente, as ideias de

- (A) advertência, incerteza e descrença.
(B) conselho, avaliação e convicção.
(C) hipótese, convicção e incerteza.
(D) suposição, dúvida e advertência.
(E) desejo, conselho e certeza.

12. Assinale a alternativa correta quanto à concordância verbal e nominal.

- (A) Os rapazes que praticam surf mantêm suas pranchas muito bem cuidadas.
(B) A nadadora está meia apreensiva, pois a travessia será em mar aberto.
(C) Em 2011, farão cinco anos que ele venceu o campeonato paulista de judô.
(D) Elas mesmos foram em busca de patrocínio para a equipe de ginástica.
(E) Afixada no mural estão as listas dos atletas que participarão da São Silvestre.

TEXTO PARA A PRÓXIMA QUESTÃO:

Parágrafo do Editorial “Nossas crianças, hoje”.

“Oportunamente serão divulgados os resultados de tão importante encontro, mas enquanto nordestinos e alagoanos sentimos na pele e na alma a dor dos mais altos índices de sofrimento da infância mais pobre. Nosso Estado e nossa região padece de índices vergonhosos no tocante à mortalidade infantil, à educação básica e tantos outros indicadores terríveis.”

(Gazeta de Alagoas, seção Opinião, 12.10.2010)

13. A justificativa para a concordância do verbo padecer, no segundo período, é a mesma para a concordância verbal em:

- (A) “Casa, água, comida e carinho, nada fez o pardalzinho feliz.”
(B) “Muita raiva e indignação dominava seus gestos.”



- (C) "Passará o céu e a terra."
(D) "Uma brisa, um vento, o maior furacão não os inquietava."
(E) "Pedro ou Paulo será eleito papa."

14. Embora a ideia de gravar música em seu artigo de 1878, Edison não alusão a uma indústria musical.

(Adaptado de Alex Ross, op. cit.)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, respectivamente,

- (A) menciona - faz
(B) mencione - fizesse
(C) mencionasse - fazia
(D) mencionou - faria
(E) mencionava - fará

15. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito das estruturas do texto:

"Quando falei sobre o caso do jogador que está fora do país e não está jogando, é evidente que vão surgir exceções. Deverão ser poucas, mas vão haver porque não se pode abrir mão de um bom jogador porque ele eventualmente não esteja jogando."

(O Globo, 22/10/00.)

- (A) O uso coloquial da linguagem permite o emprego de "vão surgir" ou "deverão ser", mas, para um nível mais formal, o emprego seria, respectivamente, "surgirão" ou "serão".
(B) Em nível formal, a expressão "vão haver" deveria ser "haverá".
(C) O uso da expressão "evidente que" e da palavra "eventualmente" revela aproximação com a oralidade.
(D) Também é correto inferir que, num nível de formalidade, deve-se evitar a utilização dupla de conector "porque" num mesmo período.
(E) A norma padrão da linguagem seria mantida se a expressão "vão haver" fosse substituída por "vai haver", como é usual atualmente.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO
Professor Rafael

16. Em uma declaração ao tribunal, o acusado de um crime diz: "No dia do crime, não fui a lugar nenhum. Quando ouvi a campanha e percebi que era o vendedor, eu disse a ele: - hoje não compro nada. Isso posto, não tenho nada a declarar sobre o crime." Embora a dupla negação seja utilizada com certa frequência na língua portuguesa como um reforço da negação, do ponto de vista puramente lógico, ela equivale a uma afirmação. Então, do ponto de vista lógico, o acusado afirmou, em relação ao dia do crime, que

- (A) não foi a lugar algum, não comprou coisa alguma do vendedor e não tem coisas a declarar sobre o crime.
(B) não foi a lugar algum, comprou alguma coisa do vendedor e tem coisas a declarar sobre o crime.
(C) foi a algum lugar, comprou alguma coisa do vendedor e tem coisas a declarar sobre o crime.

- (D) foi a algum lugar, não comprou coisa alguma do vendedor e não tem coisas a declarar sobre o crime.
(E) foi a algum lugar, comprou alguma coisa do vendedor e não tem coisas a declarar sobre o crime.

17. Considere a proposição: "Se ele é um bom pai, então ele é jovem". Conclui-se que:

- (A) Se ele não é um bom pai, então ele é jovem.
(B) Se ele é jovem, então não é um bom pai.
(C) Se ele não é jovem, então não é um bom pai.
(D) Se ele é jovem, então é um bom pai.
(E) Se ele não é um bom pai, então ele não é jovem.

18. Considere as seguintes premissas:

p : Fumar é saudável

q : O trabalho mata.

A afirmação "Fumar não é saudável" ou "o trabalho mata" é FALSA se

- (A) p é falsa e $\sim q$ é falsa.
(B) p é falsa e q é falsa.
(C) p e q são verdadeiras.
(D) p é verdadeira e q é falsa.
(E) $\sim p$ é verdadeira e q é falsa.

19. Uma pessoa encontra-se no degrau do meio de uma escada. Sobe 5 degraus, desce 7, volta a subir 4 e depois mais 9 para chegar ao último. Quantos degraus tem a escada?

- (A) 12
(B) 15
(C) 19
(D) 22
(E) 23

20. Nos Jogos Escolares de 2012, na cidade de Cambé, um quadro de resultados parciais apresentava as três cidades com maior número de medalhas de ouro (105, 31 e 19), de prata (73, 49 e 20) e de bronze (41, 40 e 25): Londrina, Maringá e Miraselva. Em relação a esse quadro, sabe-se que:

Miraselva conquistou 105 medalhas de ouro e 73 de prata; Maringá recebeu a menor quantidade de medalhas de bronze; Londrina recebeu um total de 80 medalhas.

Nessas condições, esse quadro informava que o número de medalhas recebidas

- (A) por Londrina foi 120.
(B) por Maringá foi 115.
(C) Por Miraselva foi 220.
(D) Por Londrina foi 219.
(E) Por Miraselva foi 218.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 40 QUESTÕES (peso 2)

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO e NOÇÕES DE DIREITO PROC. DO TRABALHO Professora Renata

21. O Princípio que importa especificamente na garantia de preservação, ao longo do contrato, da cláusula contratual mais vantajosa ao trabalhador, que se reveste de caráter de direito adquirido, é o Princípio da

- (A) Indisponibilidade dos Direitos Trabalhistas.
- (B) Continuidade da Relação de Emprego.
- (C) Intangibilidade Contratual Objetiva.
- (D) Imperatividade das Normas Trabalhistas.
- (E) Condição Mais Benéfica.

22. Com relação aos períodos de descanso, considere as assertivas abaixo.

- I. Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de doze horas consecutivas para descanso.
- II. Para o trabalho contínuo que não exceda seis horas, mas cuja duração seja superior a quatro horas, será obrigatório um intervalo de, no mínimo, dez minutos.
- III. Nos serviços permanentes de mecanografia, a cada período de noventa minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de dez minutos não deduzidos da duração normal de trabalho.
- IV. Não sendo concedido o intervalo para repouso e alimentação, o empregador ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

23. Joana labora na empresa Cerveja e Cia. Tendo em vista que tal empresa é responsável pela produção, armazenamento e venda de cervejas, entrega mensalmente aos seus funcionários dez engradados de latas da cerveja escolhida pelo empregado. Estes engradados fornecidos mensalmente

- (A) podem ser considerados como salários-utilidade, desde que isto esteja previsto contratualmente e não ultrapassem a 10% da remuneração total do empregado.
- (B) não podem ser considerados como salários-utilidade, uma vez que se tratam de bebidas alcoólicas.
- (C) podem ser considerados como salários-utilidade, desde que isto esteja previsto contratualmente e não ultrapassem a 30% da remuneração total do empregado.

- (D) podem ser considerados como salários-utilidade, independentemente de previsão contratual, desde que não ultrapassem a 10% da remuneração total do empregado.
- (E) só podem ser considerados como salários-utilidade se previstos em Norma Coletiva da categoria do empregado.

24. Venus trabalha há quatro meses na Clínica Médica Celta, exercendo as funções de secretária-recepcionista. Durante esse período, a empregada faltou por 25 dias alternados, sem apresentar justificativa legal para estas ausências. Nos dias em que compareceu ao trabalho, Venus frequentemente chegou com alguns minutos de atraso (mais de 10min.), bem como esqueceu-se de agendar duas consultas, sofrendo advertências verbais e por escrito, além de duas suspensões. Nesta situação, a atitude da empregada enseja a rescisão do contrato de trabalho por justa causa por

- (A) desídia no desempenho das funções.
- (B) abandono de emprego.
- (C) ato de insubordinação.
- (D) ato de indisciplina.
- (E) ato de improbidade.

25. Laís, empregada da empresa G, após quatro meses de contrato de trabalho, sem ter tido nenhuma falta, pediu demissão, uma vez que estava insatisfeita com o seu emprego. Neste caso, de acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, Laís

- (A) não terá direito de receber suas férias proporcionais e nem o décimo terceiro salário, tendo em vista que a legislação pertinente prevê o prazo mínimo de seis meses de contrato de trabalho.
- (B) não terá direito de receber suas férias proporcionais, tendo em vista que não completou doze meses de serviço.
- (C) terá direito de receber suas férias proporcionais (quatro meses) de forma simples, ou seja, sem o acréscimo de um terço.
- (D) terá direito ao aviso prévio de trinta dias, podendo optar em reduzir sua jornada diária em duas horas ou faltar ao serviço por sete dias corridos.
- (E) terá direito de receber suas férias proporcionais (quatro meses) acrescidas de um terço.

26. Com relação à extinção do contrato individual de trabalho por justa causa praticado pelo empregado, é correto afirmar que:

- (A) A gravidade do ato praticado pelo empregado é um elemento objetivo da justa causa.
- (B) O empregado que descumpra norma contida em circular interna da empresa pratica ato de insubordinação.
- (C) o ônus da prova da existência de justa causa para a dispensa do empregado é do próprio empregado.



- (D) Em regra, o empregador poderá aplicar dupla punição pelo mesmo ato praticado pelo empregado.
- (E) Para haver justa causa é necessário que o empregado seja condenado criminalmente com sentença proferida em primeira instância.

27. O aviso prévio, quando for reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho,

- (A) será devido pela metade.
- (B) será devido pela sua integralidade.
- (C) não será devido.
- (D) será devido pela sua integralidade somente se comprovada reação imediata à agressão.
- (E) será devido pela metade somente se comprovada reação imediata à agressão.

28. Mario, professor da universidade X, leciona no período matutino e noturno de segunda-feira a sexta-feira. Assim, ministra aulas das 7:40 às 13:00 horas e das 18:00 às 23:30 horas. Neste caso, a legislação trabalhista, especificamente a Consolidação das Leis do Trabalho,

- (A) não está sendo respeitada, tendo em vista que não há um período mínimo de 11 horas consecutivas para descanso entre as jornadas de trabalho.
- (B) está sendo respeitada, tendo em vista que Mario não leciona no final de semana, não sendo a Universidade obrigada a conceder descanso entre as jornadas de trabalho.
- (C) não está sendo respeitada, tendo em vista que não há um período mínimo de 10 horas consecutivas para descanso entre as jornadas de trabalho.
- (D) não está sendo respeitada, tendo em vista que não há um período mínimo de 9 horas consecutivas para descanso entre as jornadas de trabalho.
- (E) não está sendo respeitada, tendo em vista que não há um período mínimo de 15 horas consecutivas para descanso entre as jornadas de trabalho.

29. No tocante aos atos processuais, o fato impeditivo, destinado a garantir o avanço progressivo da relação processual e a obstar o seu retorno para fases anteriores do procedimento é

- (A) a preclusão.
- (B) a prescrição.
- (C) a decadência.
- (D) a litispendência.
- (E) o impulso *ex officio*.

30. João ajuizou reclamação trabalhista em face da União Federal em razão da relação de emprego existente e regida pela Consolidação das Leis do Trabalho. A reclamação trabalhista foi julgada parcialmente procedente e a União Federal pretende interpor Recurso Ordinário. A sentença foi publicada em audiência realizada no

dia 14 de julho de 2011 (quinta-feira), considerada esta audiência válida para todos os efeitos legais. Tendo em vista que não há feriado dentro do prazo recursal, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o referido recurso deverá ser protocolado até o dia

- (A) 19/07/2011.
- (B) 21/07/2011.
- (C) 22/07/2011.
- (D) 25/07/2011.
- (E) 01/08/2011.

31. Considere as seguintes assertivas a respeito das provas:

- I. As anotações apostas pelo empregador na carteira profissional do empregado não geram presunção *juris et de jure*, mas apenas *juris tantum*.
- II. Presume-se recebida a notificação quarenta e oito horas depois de sua postagem. O seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.
- III. Não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador.
- IV. A prova documental poderá, em regra, ser produzida em qualquer oportunidade, inclusive na fase recursal. A juntada de documentos com o recurso é perfeitamente possível não importando se referente a fato anterior ou posterior à sentença.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

32. Carol ajuizou no início do ano de 2011 reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a empresa EFGH. A presente reclamação possui o valor da causa de R\$ 19.739,00. Tendo em vista que a audiência UNA foi marcada para o dia 10 de Agosto de 2011, Carol enviou telegrama com aviso de recebimento para suas três testemunhas convidando-as para depor no dia e hora em que a audiência foi designada porém, nenhuma das três testemunhas compareceu. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o M.M. juiz deverá

- (A) suspender o processo por vinte dias e marcar nova audiência para no máximo 90 dias, porém Carol deverá levar as testemunhas nesta nova audiência independentemente de intimação.
- (B) suspender o processo por quinze dias e marcar nova audiência para no máximo 60 dias, porém Carol deverá levar as testemunhas nesta nova audiência independentemente de intimação.
- (C) marcar nova data para a realização da audiência e deferir a intimação das três testemunhas.
- (D) marcar nova data para a realização da audiência e deferir a intimação de duas das três testemunhas, devendo Carol desistir do depoimento de uma delas.



- (E) proferir sentença na mesma audiência uma vez que Carol possuía a obrigação de levar as testemunhas independentemente de intimação.

33. A respeito da arrematação é correto afirmar que os bens serão vendidos pelo maior lance,

- (A) não possuindo o exequente preferência para a adjudicação. O arrematante deverá garantir o lance comum sinal correspondente a 10% do seu valor.
- (B) tendo o exequente preferência para a adjudicação. O arrematante deverá garantir o lance com um sinal correspondente a 15% do seu valor.
- (C) tendo o exequente preferência para a adjudicação. O arrematante deverá garantir o lance com um sinal correspondente a 20% do seu valor.
- (D) tendo o exequente preferência para a adjudicação. O arrematante deverá garantir o lance com um sinal correspondente a 5% do seu valor.
- (E) não possuindo o exequente preferência para a adjudicação. O arrematante deverá garantir o lance com um sinal correspondente a 15% do seu valor.

34. No Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos

- (A) dos despachos que denegarem a interposição de recursos, no prazo de dez dias.
- (B) de decisão unânime de julgamento que conciliar, julgar ou homologar conciliação em dissídios coletivos que não excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho, no prazo de dez dias.
- (C) das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, sempre que a decisão recorrida estiver em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, no prazo de oito dias.
- (D) das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, no prazo de dez dias.
- (E) das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, no prazo de oito dias.

35. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar

- (A) as ações oriundas da relação de consumo, abrangidos os entes da administração pública direta e indireta da União.
- (B) as ações que envolvam exercício do direito de manifestação do pensamento no campo artístico e desportivo.
- (C) as ações sobre representação sindical, entre associações de classe, agências especiais e suas representações.

- (D) os *habeas corpus*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- (E) os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição federal.

36. De acordo com a CLT, em regra, os atos processuais praticados no Processo Trabalhista serão

- (A) sempre públicos e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 às 18 horas.
- (B) públicos salvo quando as partes estabelecerem o contrário e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 20 horas.
- (C) públicos salvo quando o contrário determinar o juiz e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 18 horas.
- (D) públicos salvo quando envolver pessoa pública de notoriedade social e a penhora poderá realizar-se em domingo ou dia de feriado, independente de autorização expressa do juiz.
- (E) públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 20 horas.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL
Professor Fernanda

37. Assinale a alternativa correta, as normas programáticas :

- (A) não possuem qualquer eficácia jurídica, necessitando de legislação complementar.
- (B) possuem eficácia equivalente a das normas de eficácia contida.
- (C) são providas de eficácia jurídica plena.
- (D) possuem eficácia jurídica mínima, pois entre outros, impedem a edição de leis contrárias ao mandamento constitucional que encerram e necessitam de legislação integradora.
- (E) nenhuma das anteriores

38. A expressão coisa julgada albergada pega Constituição Federal corresponde:

- (A) à impossibilidade de alteração de decisão judicial
- (B) ao ato jurídico elaborado em conformidade com a lei
- (C) ao direito que pode ser exercido por seu titular
- (D) ao ato jurídico perfeito
- (E) é o direito que ingressa na esfera jurídica do indivíduo

39. Assinale a opção correta:

- (A) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens
- (B) o Estado promoverá a defesa do comerciante, na forma da lei
- (C) homens e mulheres são iguais em obrigações, porém não em direitos, nos termos da Constituição Federal



- (D) o uso de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, sempre será indenizado
(E) o direito de propriedade é absoluto, não recebendo nenhuma restrição do poder público.

40. O princípio da Inafastabilidade do Poder Judiciário é anunciada na seguinte declaração

- (A) a lei não prejudicará o direito adquirido
(B) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito
(C) não haverá tribunal de exceção
(D) é reconhecida a instituição do júri
(E) todos são iguais perante a lei

41. Assinale a alternativa correta:

- (A). A lei penal nunca retroagirá
(B) Há crime mesmo sem lei anterior que o defina
(C) A lei punirá qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais
(D) É permitido o anonimato
(E) O brasileiro nato pode ser extraditado

42. A autoridade pública poderá usar a propriedade particular, assegurado ao proprietário ulterior, se houver dano, no caso de:

- (A) iminente perigo público
(B) necessidade ou utilidade pública
(C) interesse social
(D) interesse público
(E) iminente interesse público

43. A República Federativa do Brasil se constitui em:

- (A) Estado Republicano de Direito;
(B) Estado Federativo de Direito;
(C) Estado Democrático de Direito;
(D) Estado Popular de Direito;
(E) Estado Presidencialista.

44. O Poder Executivo é exercido:

- (A) Pelo Presidente da República auxiliado pelo Presidente do Senado e do Supremo Tribunal Federal
(B) Pelo Presidente da República e Vice-Presidente
(C) Pelo Presidente e pelo Conselho da República
(D) Pelo Presidente e Conselho de Defesa Nacional
(E) Pelo Presidente da República auxiliado pelos Ministros de Estado;

45. A Forma de Governo adotado pela atual Constituição é:

- (A) Presidencialista
(B) Parlamentarista
(C) Republicano
(D) Democrático
(E) Federativo

46. O ingresso de um juiz na carreira far-se-á:

- (A) Através de promoção de entrância para entrância;
(B) Concurso de provas;
(C) Por nomeação, depois de aprovada a escolha pela maioria do Senado Federal;
(D) Concurso público de provas e títulos;
(E) Pelo Quinto Constitucional;

47. A divisão de Poderes, bem como sua independência, não é absoluta. Há interferências que visam o estabelecimento de um sistema de freios e contrapesos. Só não é exemplo de freios e contrapesos:

- (A) o Executivo tem participação importante no legislativo quer pela iniciativa das leis, quer pela sanção e veto;
(B) o Congresso pelo veto da maioria absoluta de seus membros, poderá rejeitar o veto do Executivo;
(C) os tribunais, embora não interfiram no legislativo, estão autorizados a declarar a inconstitucionalidade das leis;
(D) o Poder Legislativo se organiza em duas Casas, Câmara e Senado, sistema denominado de bicameralismo;
(E) o Legislativo pode rejeitar as contas do Executivo;

48. Os membros do Ministério Público gozam das seguintes garantias:

- (A) Vitaliciedade (que no primeiro grau só será adquirida após um ano de exercício), inamovibilidade em caráter absoluto e irredutibilidade de vencimentos;
(B) Vitaliciedade (que no primeiro grau só será adquirida após dois anos de exercício), inamovibilidade em caráter absoluto e irredutibilidade de vencimentos;
(C) Vitaliciedade (que no primeiro grau só será adquirida após dois anos de exercício), inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público mediante decisão por voto de dois terços do respectivo órgão superior, assegurada ampla defesa, e irredutibilidade de vencimentos;
(D) Vitaliciedade (que no primeiro grau só será adquirida após dois anos de exercício), inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público mediante decisão unânime do respectivo tribunal, assegurada ampla defesa, e irredutibilidade de vencimentos.
(E) Todas as respostas anteriores estão incorretas;



NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Professor Ivo

49. A Administração apura infrações e aplica penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa, como os contratados, através do poder

- (A) hierárquico
- (B) disciplinar
- (C) de polícia
- (D) de prestar contas
- (E) de tutela

50. Quanto a Lei Federal 9.784/99, no que tange ao procedimento administrativo federais, julgue:

- (A) Os atos do processo administrativo devem necessariamente ocorrer no horário do expediente normal do órgão;
- (B) O prazo genérico para a prática, pela administração, ou pelo particular, de atos processuais e de cinco dias, improrrogáveis;
- (C) Os órgãos dos poderes legislativos e Judiciários da União não são alcançados pela citada lei;
- (D) Os órgãos das entidades indiretas federais são alcançados pela citada lei;
- (E) Par fins de processo administrativo, em regra, são capazes os maiores de 21 anos;

51. João e Antônio, após regular aprovação em concurso para preenchimento de cargos públicos efetivos, são nomeados. Todavia, João não comparece para tomar posse no prazo legal. Antônio, por sua vez, toma posse, porém não entra em exercício no prazo legal. Nessa situação,

- (A) ambos devem ser exonerados.
- (B) ambos devem ter sua nomeação tornada sem efeito.
- (C) João deve ter sua nomeação tornada sem efeito e Antônio deve ser exonerado.
- (D) Antônio deve ter sua nomeação tornada sem efeito e João deve ser exonerado.
- (E) João deve ser exonerado, mas Antônio poderá entrar em exercício a qualquer tempo, sem sofrer sanção pela inobservância do prazo, apenas não computando tempo de serviço para nenhum efeito.

52. Considerando-se a diferença entre a revogação e a anulação de um ato administrativo, é correto afirmar que:

- (A) A revogação pode ser levada a efeito tanto pela Administração Pública, quanto pelo Poder Judiciário quando provocado.
- (B) A revogação pressupõe sempre a existência de um ato ilegal e ineficaz.
- (C) O ato administrativo só pode ser anulado por ação própria, sendo vedado à Administração Pública fazê-lo dire-

tamente por não lhe ser reconhecido o controle da legalidade.

- (D) A revogação de um ato administrativo, incumbência exclusiva da Administração Pública que o praticou, pressupõe a existência de um ato legal e eficaz, operando *ex nunc*.
- (E) Nenhuma das alternativas.

53. Em relação à extinção dos atos administrativos pode-se dizer que:

- (A) no caso de ilegalidade do ato, a própria Administração pode anulá-lo;
- (B) ocorrendo revogação de ato administrativo, são válidos os efeitos por ele produzidos até o momento de sua revogação;
- (C) o Poder Judiciário pode revogar atos praticados pela Administração (executivo).
- (D) ato jurídico perfeito e acabado, para o qual concorreram os elementos essenciais de validade, pode ser anulado por interesse público;
- (E) ato jurídico perfeito e acabado, para o qual concorreram os elementos essenciais de validade, anulado pelo judiciário, tem seus efeitos "ex tunc"

54. A respeito da posse em cargo público, assinale a opção correta.

- (A) A administração é livre para exigir, ou não, que, antes da posse, o empossado submeta-se à inspeção médica oficial.
- (B) O nomeado que não toma posse no prazo estabelecido em lei é tido como demitido.
- (C) Não se toma posse em cargo em comissão.
- (D) É possível tomar posse por meio de procuração específica.
- (E) Tendo tomado posse no cargo, o servidor deve, necessariamente, entrar, de imediato, em exercício no cargo.

55. Quanto ao direito do servidor público civil à estabilidade. De acordo com a CF/88, é correto afirmar que:

- (A) o instituto pode abranger ocupantes de cargos de provimento em comissão, desde que permaneçam em exercício por três anos contínuos.
- (B) a aquisição da estabilidade depende do efetivo exercício, por três anos, em cargo de provimento efetivo, e de avaliação especial de desempenho.
- (C) a estabilidade foi mantida apenas para os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, no exercício de suas funções quando do advento da EC n. 19.
- (D) a estabilidade foi suprimida do Texto Constitucional em razão da nova disciplina dada ao instituto da disponibilidade.
- (E) a aquisição da estabilidade requer o cumprimento de dois requisitos: exercício de dois anos em função pública e avaliação de desempenho.



56. Sobre os servidores públicos civis da União, assinale a alternativa e correta.

- (A) O servidor público que não tomar posse nos quinze dias seguintes ao ato de provimento será exonerado do cargo público.
- (B) Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- (C) Em caso de reintegração de servidor público, encontrando-se provido o cargo, o reintegrado exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.
- (D) As licenças concedidas aos servidores públicos para capacitação, para tratar de interesses particulares e por motivo de afastamento do cônjuge terão prazo máximo de duração igual a vinte e quatro meses.
- (E) A ação disciplinar prescreverá em cinco anos quanto às infrações praticadas por servidor público da União e que estejam sujeitas à punição com demissão, suspensão ou advertência.

57. Pregão é a modalidade de licitação, para:

- (A) aquisição de bens e serviços ou contratação de obras, qualquer que seja o valor estimado de contratação.
- (B) contratação de obras e serviços, com valor estimado igual ou inferior ao da modalidade convite.
- (C) aquisição de quaisquer bens e serviços, independente do valor estimado de contratação.
- (D) aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado de contratação.
- (E) aquisição de bens e serviços, com valor estimado igual ou inferior ao da modalidade convite.

58. A proibição de acumular cargos, empregos e funções, como tal estabelecida na constituição:

- (A) restringe aos órgãos da administração direta federal, estadual e municipal

- (B) restringe ao âmbito da administração federal direta e indireta
- (C) alcança órgãos e entidades da administração direta e indireta federal, estadual e municipal
- (D) estende as concessionárias de serviços públicos
- (E) impede do servidor público, também, de exercer atividade na setor privado

59. Nos termos da Lei no 8.429/1992, praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência constitui

- (A) ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (B) mero ilícito administrativo.
- (C) ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- (D) conduta lícita, não caracterizando qualquer irregularidade.
- (E) ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

60. Sabe-se que *vencimento* é a remuneração pecuniária pelo exercício de cargo público; e que *remuneração* é o vencimento acrescido das vantagens pecuniárias permanentes. A Lei assegura que nenhum servidor receberá importância inferior ao salário mínimo a título de

- (A) vantagens pecuniárias não permanentes.
- (B) vantagens pecuniárias permanentes, consideradas individualmente.
- (C) vencimento.
- (D) remuneração, independentemente do valor do vencimento.
- (E) vantagens pecuniárias permanentes, consideradas em sua soma.

Pegue o gabarito comentado, confira e refaça as questões que errou.

REGRAS PARA APURAÇÃO DA NOTA (de 0 a 100):

As questões de 01 a 20 valem 1,0 ponto cada;
As questões de 21 a 60 valem 2,0 pontos cada.



GABARITO

PROVA SIMULADA TRT-PR 2013

RESPOSTAS COMENTADAS

REGRAS PARA APURAÇÃO DA NOTA (de 0 a 100):

As questões de 01 a 20 valem 1,0 ponto cada;

As questões de 21 a 60 valem 2,0 pontos cada.

LÍNGUA PORTUGUESA – Professora Naufal

01	C	A alternativa [C] é a única que atende aos princípios jornalísticos na divulgação da notícia, pois informa que, na ausência de entrevista com os autores do estudo, as conclusões são de inteira responsabilidade do jornalista.
02	E	O jornalista responsabiliza, principalmente, o próprio programa, que não previu as dificuldades que surgiriam se não houvesse infraestrutura técnica adequada ou treinamento de gestores e professores.
03	D	A proposição IV apresenta repetição do verbo, não atendendo ao que é solicitado no enunciado.
04	C	Na frase citada, constituída por um período com duas orações, a inclusão do termo “que” provoca falha de coesão textual, pois não apresenta nenhuma função sintática.
05	A	A expressão “esbarrou em” poderia ser substituída por “foi de encontro a” e “defrontou-se com” sem que houvesse perda do sentido original.
06	D	A afirmativa 3 é incorreta, pois os parênteses da referência 3 não são usados com intenção de sintetizar o que foi dito anteriormente, mas sim fazer um alerta jocoso sobre a necessidade de higiene corporal.
07	E	A frase “Ótimo! O provedor do pão voltou!”, associada ao sorriso de felicidade estampado no rosto de Helga, sugere que ela se alegra com o retorno do marido, pois ele é o responsável por prover a casa, como se afirma em [E].
08	C	A opção c) apresenta o verbo reter devidamente flexionado. “Entreteve”, “contiveram”, “ativeram” e “deteve” deveriam substituir corretamente os verbos das opções a), b) d) e e), respectivamente.
09	C	As afirmações em I e II estão erradas, pois a locução verbal “ia ler” anuncia uma ação em um futuro próximo e o sufixo “ada” confere uma carga coletiva, e não aumentativa, ao substantivo “menino”. A indicação de pretérito mais-que-perfeito do indicativo e a divisão silábica das palavras mencionadas estão certas. Assim, a opção c) é correta.
10	A	A terceira pessoa do singular do imperativo do verbo “ser” é “seja”, o verbo preferir exige a preposição “a”, “porque” é a conjunção subordinativa que expressa causa e completa o sentido da oração principal e a locução prepositiva “a fim de” é adequada para expressar a finalidade do pedido de se aproveitar ao máximo a luz natural. O termo “afim” significa “semelhante”, “análogo”, por isso inadequado ao contexto da frase em questão.
11	C	Os verbos destacados apresentam-se no futuro simples do subjuntivo, imperativo e presente do indicativo, respectivamente. Assim, “quiser” assinala uma hipótese, “escolha”, um conselho que se baseia em convicção de que essa será uma boa opção, e “Parece” atenua essa convicção ao assinalar a subjetividade de quem enuncia a frase, admitindo assim uma incerteza.
12	A	As opções b), c), d) e e) apresentam infrações à norma culta, já que os termos “meia”, “farão”, “mesmos” e “afixada” deveriam ser substituídos, respectivamente, por “meio”, “fará”, “mesmas” e “afixadas” para respeitarem as regras gramaticais de concordância.
13	B	Quando o sujeito composto é constituído por sinônimos, o verbo pode apresentar-se no singular como é o caso da frase do texto “Nosso Estado e nossa região padece de índices vergonhosos”, assim como na opção b): “Muita raiva e indignação dominava seus gestos”.
14	C	Embora a música mencionasse (contrate subordinado – modo subjuntivo exigido – mencione ou mencionasse) a ideia de gravar música em seu artigo de 1878, Edison não fazia (processo durativo – pretérito imperfeito do indicativo) alusão a uma indústria musical.
15	C	A resposta é a C, pois o que se aproxima da oralidade é a expressão “evidente que” e não o uso do advérbio evidentemente, que quando usado traz elegância ao texto e se distancia da forma oral.



MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO – Professor Rafael

16	C	Na Lógica, dupla negação corresponde a uma afirmação. Logo: <ul style="list-style-type: none"> No dia do crime, não fui a lugar nenhum. Essa afirmação é equivalente à foi a algum lugar. Hoje não compro nada. Essa afirmação é equivalente à comprou alguma coisa. Não tenho nada a declarar sobre o crime. Essa afirmação é equivalente à tem coisas a declarar sobre o crime .																				
17	C	Utilizando a tabela de equivalências, pela contrapositiva, segue que: $p \rightarrow q \Leftrightarrow \sim q \rightarrow \sim p$.																				
18	D	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$\sim p$</td> <td>$\sim p \vee q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	q	$\sim p$	$\sim p \vee q$	V	V	F	V	V	F	F	F	F	V	V	V	F	F	V	V
p	q	$\sim p$	$\sim p \vee q$																			
V	V	F	V																			
V	F	F	F																			
F	V	V	V																			
F	F	V	V																			
19	E	Se X a posição em que se encontra, deverá ser multiplicado por dois por estar no degrau do meio e ainda somar o próprio degrau. $X = (5 - 7 + 4 + 9) * 2 + 1 = 23$																				
20	E	<table border="1"> <tr> <td></td> <td>OURO</td> <td>PRATA</td> <td>BRONZE</td> </tr> <tr> <td>MIRASELVA</td> <td>105</td> <td>73</td> <td>40</td> </tr> <tr> <td>MARINGÁ</td> <td>31</td> <td>49</td> <td>25</td> </tr> <tr> <td>LONDRINA</td> <td>19</td> <td>20</td> <td>41</td> </tr> </table>		OURO	PRATA	BRONZE	MIRASELVA	105	73	40	MARINGÁ	31	49	25	LONDRINA	19	20	41				
	OURO	PRATA	BRONZE																			
MIRASELVA	105	73	40																			
MARINGÁ	31	49	25																			
LONDRINA	19	20	41																			

NOÇÕES DIREITO DO TRABALHO E PROC. TRABALHISTA – Professora Renata

21	E	(Art. 468 da CLT) - Art. 468 - Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.
22	E	<p>E. Está correto apenas o que se afirma em III e IV.</p> <p>Assertiva I. Incorreta. Entre 2 jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 horas consecutivas para descanso (CLT, art. 66).</p> <p>Assertiva II. Incorreta. Não excedendo de seis horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de 15 minutos, quando a duração ultrapassar 4 horas (CLT, 71, § 1º).</p> <p>Assertiva III. Correto. Nos serviços permanentes de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), a cada período de 90 minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de 10 minutos não deduzidos da jornada normal de trabalho (CLT, art. 72).</p> <p>Assertiva IV. Correta. Após a edição da Lei nº 8.923/94, a não-concessão ou a concessão parcial do intervalo intra-jornada mínimo para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (CLT, art. 71), sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração (TST, Súmula 473, item I).</p>
23	B	(Art. 458, parte final, da CLT) - Art. 458 - Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas.
24	A	Desídia (CLT, art. 482, "F"). É sinônimo de indolência, desleixo, ociosidade, preguiça. Nesse caso, às atividades do empregado são realizadas com má vontade e negligência. Configura-se desídia com a desatenção reiterada, ou seja, um comportamento habitual como o de Venus.
25	E	(TST, Súm. Nº 261 FÉRIAS PROPORCIONAIS. PEDIDO DE DEMISSÃO. CONTRATO VIGENTE HÁ MENOS DE UM ANO - Nova redação - Res. 121/2003, DJ 21.11.2003. O empregado que se demite antes de completar 12 (doze) meses de serviço tem direito a férias proporcionais).
26	A	Para que a dispensa por justa causa seja aplicável, deve-se atentar para os requisitos objetivos e subjetivos. Os requisitos objetivos são aqueles que dizem respeito à caracterização da conduta que se pretende censurar (tipificação, avaliação da gravidade, etc.); e os subjetivos tratam da averiguação do envolvimento do trabalhador na conduta (autoria do ato).
27	A	(Art. 484 da CLT) - Art. 484 - Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho reduzirá a indenização à que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, por metade.



28	A	A (Art. 66 da CLT) - Art. 66 - Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso.
29	A	Preclusão é, no <u>direito processual</u> , a perda do direito de agir nos autos em face da perda da oportunidade, conferida por certo prazo. Assim, se a parte deixa de arrolar testemunhas no prazo adequado, estará precluso seu direito à produção de prova testemunhal. Modalidades: preclusão pode ser: <ul style="list-style-type: none">• Temporal, referente ao tempo;• Consumativa, quando o ato já se consumou, não podendo fazê-lo, outra vez;• Lógica, quando se pratica determinado ato que o impeça de fazê-lo de outra forma.• Consumativa: quando o ato já se consumou, tendo sido praticado uma vez, não poderá ser repetido.
30	E	Art. 775 - Os prazos estabelecidos neste Título contam-se com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irrelevantes, podendo, entretanto, ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário pelo juiz ou tribunal, ou em virtude de força maior, devidamente comprovada. Parágrafo único - Os prazos que se vencerem em sábado, domingo ou dia feriado, terminarão no primeiro dia útil seguinte.
31	B	Súmula nº 12 do TST CARTEIRA PROFISSIONAL (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003 As anotações apostas pelo empregador na carteira profissional do empregado não geram presunção "juris et de jure", mas apenas "juris tantum". Súmula nº 16 do TST. NOTIFICAÇÃO (nova redação) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003 Presume-se recebida a notificação 48 (quarenta e oito) horas depois de sua <i>postagem</i> . O seu não-recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário. Súmula nº 357 do TST TESTEMUNHA. AÇÃO CONTRA A MESMA RECLAMADA. SUSPEIÇÃO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003 Não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador. Súmula nº 8 do TST. JUNTADA DE DOCUMENTO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003. A juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença.
32	D	(Art. 852-A e 852-H, § 2º da CLT) Por se tratar de rito sumaríssimo, em função do valor da causa, o Juiz só poderá deferir a intimação de no máximo 2 testemunhas. Art. 852-H. Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente. § 1º. Sobre os documentos apresentados por uma das partes manifestar-se-á imediatamente a parte contrária, sem interrupção da audiência, salvo absoluta impossibilidade, a critério do juiz. § 2º. As testemunhas, até o máximo de duas para cada parte , comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação. § 3º. Só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer. Não comparecendo a testemunha intimada, o juiz poderá determinar sua imediata condução coercitiva.
33	C	(Art. 888, §§ 1º e 2º da CLT) Art. 888 - Concluída a avaliação, dentro de dez dias, contados da data da nomeação do avaliador, seguir-se-á a arrematação, que será anunciada por edital afixado na sede do juízo ou tribunal e publicado no jornal local, se houver, com a antecedência de vinte (20) dias § 1º A arrematação far-se-á em dia, hora e lugar anunciados e os bens serão vendidos pelo maior lance, tendo o exequente preferência para a adjudicação. § 2º O arrematante deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) do seu valor.
34	B	(CLT, art. 894, b, II) Art. 894. No Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de 8 (oito) dias: (Redação dada pela Lei nº 11.496, de 2007) : I - de decisão não unânime de julgamento que: (Incluído pela Lei nº 11.496, de 2007) a) conciliar, julgar ou homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho e estender ou rever as sentenças normativas do Tribunal Superior do Trabalho, nos casos previstos em lei; e (Incluído pela Lei nº 11.496, de 2007) b) (VETADO) II - das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individu-



	ais, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal. (Lei 11.496, de 2007)
35 D	Art. 114, inciso IV, da Constituição Federal de 1988: Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: IV – os mandados de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i> , quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;
36 E	(art. 770 da CLT) Art. 770 - Os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL – Professor Fernanda

37 D	A letra D é a alternativa correta uma vez que como define a doutrina do Prof. José Afonso da Silva, as normas constitucionais programáticas, são aquelas que possuem eficácia limitada, ou seja, possuem eficácia relativa, parcial, porque dependem de uma norma infraconstitucional para poder produzir os seus efeitos, mas possui um mínimo de efeito e eficácia.
38 A	A letra A é a alternativa correta, a coisa julgada impede que uma decisão judicial seja revista, pois a torna imutável, somente os atos judiciais possuem esta característica.
39 A	A letra A é a alternativa correta, com base no artigo 5º, inciso XV da Constituição Federal.
40 B	A letra B é a alternativa correta, toda pessoa que tiver um direito violado, ou se sentir ameaçada em um direito, pode se valer do Poder Judiciário, para se defender, nos termos do art. 5º, inciso XXXV da Constituição Federal.
41 C	A letra C é a alternativa correta, nos termos do artigo 5º, inciso XLI, da Constituição Federal.
42 A	A letra A é a alternativa correta, nos termos do artigo 5º, inciso XXV da Constituição Federal.
43 C	A letra correta é a letra C , uma vez que o seu regime de governo estabelece que todo Poder emana do povo que é exercido pelos seus representantes ou diretamente nos termos da constituição, estando a segurança deste pautada na lei. Parágrafo único do artigo 1º da Constituição Federal.
44 E	A alternativa correta é a letra E , nos termos do artigo 76 da Constituição Federal;
45 C	A alternativa correta é a letra C , a forma de governo estabelece como se chega ao poder e quanto tempo nele se permanece. No Brasil, o exercício do poder é temporário, e é atingido através de eleições. Artigo 1º da Constituição Federal.
46 D	A letra D é a alternativa correta nos termos do artigo 93, inciso I da Constituição Federal.
47 D	A resposta é a letra D , o artigo 2º da Constituição Federal, prevê que os Poderes são harmônicos e independentes entre si, que é definida pela existência de funções típicas e atípicas, a criar o sistema de freios e contrapesos.
48 C	A letra C é a resposta correta, nos termos do artigo 95, inciso I, II, III da Constituição Federal.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO – Professor Ivo

49 B	A doutrina ensina que poder disciplinar é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços públicos.
50 D	(A) errado, Art. 23. Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo. (B) Errado, art. 24, parágrafo único; (C) Errado, art. 1º § primeiro; (D) correto, art. 1º § primeiro; (E) errado, art. 10º.
51 C	Artigo 34 da lei 8112/90, visto que o João ainda não tinha vínculo com a Adm. Pub. . Todavia, Antonio que já tinha vínculo com o termo de posse deve ser exonerado.
52 D	Anulação e a extinção do ato adm. pela existência de uma ilegalidade, que pode ocorrer tanto pelo poder judiciário quanto pela própria adm. Pub. Na revogação tem-se a extinção do ato adm. pelo motivo de conveniência e oportunidade e somente pode ser realizado pela adm. Pública
53 E	(A) Correta, principio da autotutela. (B) Correto, efeitos ex nunc.



	(C) Errado, pelo princípio da tripartição dos poderes (D) Errado, se é anulação, somente por ilegalidade e não interesse público; (E) ESTA É A ALTERNATIVA A SER ASSINALADA.
54 D	Artigo 13 § 3º da lei 8112/90. Tal preceito legal da a possibilidade do candidato nomeado, tomar posse através de procuração.
55 B	Artigo 41 da CF/88
56 B	Conforme Art. 25 do Estatuto.
57 D	(Art. 1º, parágrafo único da Lei 10.520/2002). Tal preceito legal informa que a nova modalidade de licitação “pregão”, somente e pertinente a serviços ou bens comuns.
58 C	Artigo 37, XVI CF/88 c/c XVII. O preceito constitucional informa as regra de não acumulação de cargos e empregos públicos, abrangendo a adm. Pub. direta e indireta, de todos os entes federativos (união , estados, distrito federal e municípios)
59 A	Segundo o art. 11 da Lei 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência. Trata-se de afronta direta ao Princípio constitucionalmente expresso da Impessoalidade, em razão do desvio de finalidade.
60 C	Artigo 40, parágrafo único da lei 8112/90

REGRAS PARA APURAÇÃO DA NOTA (de 0 a 100):

As questões de 01 a 20 valem 1,0 ponto cada;
As questões de 21 a 60 valem 2,0 pontos cada.

☹️ Você discorda do gabarito?

Então envie seu recurso, devidamente fundamentado, para
secretaria@cursosolon.com.br

ATENÇÃO:

**Depois de aplicada a prova oficial do concurso,
os professores do *Curso Sólón* estarão ajudando
os candidatos a entrarem contra eventuais
recursos em relação às questões e/ou gabaritos.
Acompanhe tudo pelo portal do *Curso Sólón* na internet.**